

EDITORIAL

A presente edição da Revista Brasileira de Geografia traz um artigo de submissão contínua, um ensaio, uma entrevista e a inauguração de uma nova seção, em que promoveremos a divulgação de produtos lançados pelo IBGE, particularmente por sua Diretoria de Geociências, que tenham primordialmente a característica de oferecer análises espaciais do território brasileiro. Nessa edição, divulgamos a “Proposta Metodológica para Classificação dos Espaços do Rural, do Urbano e da Natureza no Brasil”, lançada em agosto de 2023.

O artigo, intitula-se “Política Agrária no Brasil: Uma análise situacional e socioambiental de projetos de assentamento”, de Matheus Quintão Braga *et all*, e aborda a distribuição de terras por parte de diferentes governos brasileiros, pós redemocratização, analisando o perfil dos assentamentos por sua extensão e biomas em que foram distribuídos. O trabalho destaca a importância do risco ambiental presente em alguns desses assentamentos.

O ensaio, de autoria do professor Roberto Lobato Correa, aborda a rede urbana brasileira, a dinâmica de sua articulação espacial, a atração de suas metrópoles sobre os demais entes que compõem a rede, a emergência de novos centros e o advento de relações bilaterais entre eles e as metrópoles, além de outros movimentos que a caracterizam.

Esse número traz ainda uma entrevista histórica com nossa editora chefe, a geógrafa Adma Haman de Figueiredo, que nos conta um pouco de sua trajetória na casa, sua formação profissional, que acompanhou boa parte das mudanças vividas pelo campo dos estudos geográficos (nessa casa e no Brasil como um todo), os trabalhos aqui desenvolvidos, a convivência com grandes nomes da Geografia brasileira e as expectativas e novos desafios colocados para esse campo do conhecimento no IBGE e no Brasil.

Fechando o volume, inauguramos uma nova seção – Divulgações Recentes – que pretende dar destaque aos trabalhos lançados pela Diretoria de Geociências do IBGE, com ênfase às contribuições mais significativas para o campo das análises espaciais. No número que agora se apresenta, destacamos o lançamento da “Proposta Metodológica para a Classificação dos Espaços do Rural, do Urbano e da Natureza no Brasil”, disponibilizada no dia 17 de agosto de 2023. Trata-se de uma contribuição para o debate em torno da revisão da classificação desses espaços.

Essa edição marca nossa adesão às licenças *Creative Commons*, confirmando nosso propósito de facilitar a tramitação de trabalhos submetidos e buscar a maior visibilidade possível para nossas publicações.

No momento em que colocamos à disposição de nosso público leitor mais uma edição da RBG, a Coordenação de Geografia da Diretoria de Geociências do IBGE e o Grupo de Trabalho sobre Favelas e Comunidades Urbanas estão realizando, em Brasília, o I Encontro Nacional de Produção, Análise e Disseminação de Informações sobre as Favelas e Comunidades Urbanas do Brasil. O Encontro teve início no dia 25 de setembro e se estende até o dia 28. Estão reunidos representantes da academia, movimentos sociais e instâncias do poder público, com atuação consolidada e reconhecida no tema, com o objetivo de promover o diálogo entre diferentes atores envolvidos com a temática, para que sejam pensadas e edificadas novas abordagens concernentes

às favelas e comunidades urbanas brasileiras no que tange, especialmente, à produção, análise e disseminação de informações estatísticas e geoespaciais.

Gostaríamos de destacar também dois grandes acontecimentos recentes e da maior importância para o IBGE. Em primeiro lugar, a finalização do Censo 2022, com a divulgação dos primeiros resultados em 30 de junho de 2023. A RBG se colocou firmemente em defesa do Censo, desde o primeiro momento em que passamos a viver a ameaça de sua não realização. Publicamos, em junho de 2019, uma edição especial, que trouxe 8 artigos, de diferentes personalidades do mundo acadêmico brasileiro, nos quais se destacavam importantes estudos que se valeram de dados dos Censos Demográficos realizados pelo IBGE. A finalização do Censo 2022, com todos os desafios que essa operação impôs à instituição, representa uma grande vitória de todas as instituições comprometidas com o conhecimento científico e a gestão democrática da coisa pública no Brasil. O outro evento a ser destacado é a posse do novo presidente do IBGE, o economista e professor Marcio Pochmann, que aconteceu no dia 18 de agosto de 2023, em Brasília, e contou com a presença do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da Ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet. Marcio Pochmann é doutor em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), onde atuou como professor no Instituto de Economia até 2020. Lecionou em diversas universidades, no Brasil e no exterior. Publicou vários títulos, tendo recebido por três vezes o prêmio Jabuti (2002, 2007 e 2008). Presidiu o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada entre 2007 e 2013 e foi Secretário do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade da cidade de São Paulo entre 2001 e 2004.

Por fim, há dois registros a serem feitos. Primeiro, lamentamos a perda, no último dia 6 de setembro, do professor Carlos Walter Porto Gonçalves. Geógrafo com forte atuação na área ambiental, esteve junto a Chico Mendes em Xapuri (Acre), nos enfrentamentos das famílias de seringueiros em defesa da floresta contra a ação predatória de fazendeiros. Foi atuante na criação das Reservas Extrativistas (RESEXs). Publicou vários títulos, entre eles, *Amazônia, Amazônia*, em 2001 e *Geografando nos varadouros do mundo: da territorialidade seringalista (o seringal) à territorialidade seringueira (a Reserva Extrativista)*, em 2003. Foi professor do departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense (UFF), entre 1989 e 2019. O segundo registro refere-se aos 80 anos do nascimento de outro grande geógrafo e ambientalista, que também já nos deixou. Trata-se do professor Elmo da Silva Amador. Há uma extensa lista de títulos por ele publicados, cargos públicos que ocupou, pareceres técnicos que emitiu, projetos de pesquisa que desenvolveu e trabalhos acadêmicos que orientou. Mas a maior relevância da pesquisa e militância do professor Elmo Amador foi, desde sempre, a defesa da Baía de Guanabara. Como resultado de suas pesquisas e militância política e ambiental foram obtidas importantes vitórias para a Baía de Guanabara, entre as quais: Criação da APA de Guapimirim (que protege os manguezais da baía); inclusão da Baía de Guanabara na Constituição Estadual como Área de Preservação Permanente e de Relevante Interesse Ecológico; redução dos aterros previstos no Projeto Rio; Ação Popular (a primeira no Brasil contra crime ambiental) que impediu o loteamento do espelho d'água da Lagoa de Itaipu; declaração da Baía de Guanabara como Patrimônio da Humanidade pelo Fórum Global, durante a Conferência Rio-92; e inclusão do assoreamento como problema ambiental da baía (Wikipédia, acessado em 18/09/2023: 18:03h).